



Caderno Publicações Digitais

Diário do Acionista, 15 de junho de 2024

JORNAL DIÁRIO DO AÇIONISTA
LTD.A:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL
DIÁRIO DO AÇIONISTA
LTD.A:26530904000112
Dados: 2024.06.15 08:26:50 -03'00"

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("*Termo de Securitização*"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("*Resolução CVM 60*"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 12:00 (doze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) e 7.6.2 (xvii) do Termo de Securitização, em decorrência da ação de desapropriação direta por utilidade pública com pedido liminar de imissão na posse, aforada pelo município de Itajaí, que tramita na Vara da Fazenda Pública da comarca de Itajaí-SC sob autos eletrônicos nº 5004358-38.2024.8.24.0033 ("*Desapropriação Parcial*"), tendo por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "*ad judicium*", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail judicico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - REALIZAÇÃO DA AGT 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. **quando pessoa física:** cópia digitalizada de identidade com foto; b. **quando pessoa jurídica:** (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. **quando Fundos de Investimentos:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. **quando representado por procurador:** caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 13 de junho de 2024. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição.

Pré-candidatos se manifestam sobre PL que iguala aborto a homicídio

KARINA FERREIRA/AE

Parte dos pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo usaram as redes para se posicionar sobre o mérito do projeto de lei que prevê pena de seis a 20 anos de reclusão a quem recorrer ao aborto legal após 22 semanas de gestação. Os deputados federais Guilherme Boulos (PSOL-SP), Kim Kataguirí (União-SP) e Tabata Amaral (PSB-SP), o apresentador e jornalista José Luiz Datena (PSDB) e a pré-candidata Marina Helena (Novo) se pronunciaram sobre o caso. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o coach Pablo Marçal (PRTB) foram procurados pelo Estadão, mas ainda não se manifestaram.

Após a Câmara dos Deputados pautar e aprovar a urgência do projeto de lei, que equipara a pena do aborto à de homicídio, o assunto inundou as redes sociais e mobilizou protestos por capitais brasileiras. Ambos munidos de mandatos na Casa, e, consequentemente, de voto, os deputados federais Guilherme Boulos (PSOL-SP) e Kim Kataguirí (União-SP) se declararam contra e a favor do texto, respectivamente.

BOULOS (PSOL)

O psolista, que está empatado na primeira posição da corrida pela Prefeitura com o atual prefeito, qualificou a matéria, que chama de "PL do Estuprador", como "cruel e absurdo" e disse que é importante que a sociedade de mobilize contra.

TABATA AMARAL (PSB)

A deputada Tabata se opõe a legalização do aborto, mas também discorda do projeto apresentado pelos parlamentares. "Toda mulher, toda criança vítima de estupro passa por isso contra a própria vontade. Ninguém escolhe viver uma coisa dessas. Eu sou pessoalmente contra a legalização do aborto e sou a favor de que a lei permaneça como está. Acredito que qualquer projeto sobre esse assunto precisa buscar resolver as causas da violência e os motivos da demora do socorro às vítimas. Não podemos perder de vista que 3 a cada 4 vítimas de estupro no Brasil são crianças. Essas meninas demoram a entender o que aconteceu, falar, descobrir que estão grávidas, buscar ajuda. Quando elas buscam, muitas vezes não encontram. Só 3% das cidades brasileiras oferecem assistência", disse Tabata, por meio de nota.

Segundo ela, só deve haver mudança na lei atual após amplo debate. "Se querem mudar a lei, que se faça um debate sé-

rio escutando mulheres, médicas e médicos, especialistas... Não é possível achar normal que a vítima do estupro seja mais penalizada que o estuprador. Essa votação em regime de urgência decidida em 24 segundos é um ataque e um desrespeito a todas as meninas e mulheres brasileiras", disse.

KATAGUIRI (UNIÃO)

Já Kataguirí tem postado, nos últimos dias, vídeos produzidos pela coordenadora nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), Amanda Vettorazzo.

Em uma das gravações, Kim aparece ao lado de Amanda, se dizendo "completamente favorável" ao projeto e afirmando que o avanço do texto na Casa é uma reação a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) no mês passado, que suspendeu a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia médicos de realizarem o procedimento de assistência fetal - técnica que usa medicações para interromper os batimentos cardíacos do feto, usado em casos em que o aborto legal é autorizado.

No vídeo, o deputado e a coordenadora do MBL dividem o quadro com uma animação em que uma seringa "espeta" uma gestante e injeta um líquido em um bebê, que aparece com o dedo na boca.

Em outra gravação, Amanda aparece pelas ruas com um cadeirante, que supostamente nasceu prematuro, e pergunta para as entrevistadas se elas são contra ou a favor da prática. Em seguida, o rapaz pergunta a elas se teriam o abortado. O vídeo, considerado sensacionalista por internautas que comentaram na publicação, foi repostado pelo deputado.

MARIA HELENA (NOVO)

A pré-candidata do Novo, Marina Helena, também se posicionou. Questionada, Marina respondeu por nota que é contrária ao procedimento, e que o STF não deve interferir em uma questão "tão controversa". "Em democracias de fato, quem decide sobre esse tema são os representantes do povo no Congresso", afirmou.

DATENA (PSDB)

Datena, o mais novo pré-candidato à prefeitura paulistana conhecido pelos programas policiais que apresenta há anos, foi mais brando.

O apresentador não se posicionou sobre o mérito do projeto, mas defendeu que o tema deve levar em consideração a visão das mulheres e sugeriu um plebiscito para ouvir o que elas pensam sobre a proposta.

SEGURANÇA

Polícia Militar forma mais de 1,1 mil novos soldados

O governador Tarcísio de Freitas (foto) participou da formatura de 1.155 novos soldados de 2ª classe da Polícia Militar nesta sexta-feira, na Escola Superior de Soldados, na zona norte de São Paulo. A nova turma reforça o compromisso do Governo de São Paulo para promover a recomposição do efetivo da instituição em todo o estado.

"Nós nos comprometemos a valorizar a carreira policial, dar mais efetivo, investir em tecnologia e equipamentos e é exatamente o que estamos fazendo. Hoje, estamos entregando para a sociedade mais de 1,1 mil novos soldados e, no final do ano, estão previstos mais de 3 mil entre praças e oficiais. Vocês estão prontos para fazer a diferença, contribuir para a sociedade e para a PM. Lembrem-se que o Governo de São Paulo

acredita em cada um de vocês", disse Tarcísio aos formandos.

A cerimônia na Escola Superior de Soldados também reuniu o secretário estadual da Segurança Pública, Guilherme Derrite, o comandante geral da PM, coronel Cássio Araújo de Freitas, oficiais das Forças Armadas, deputados e familiares dos novos policiais que vão reforçar o patrulhamento ostensivo na capital, interior e litoral.

A turma formada nesta sexta, com 1.155 integrantes, homenageia a memória do cabo PM José Silveira dos Santos. É o terceiro grupo de praças formado desde janeiro de 2023, o que equivale a mais de 2,1 mil novos soldados incorporados ao efetivo da PM em 18 meses.

"A Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros não são só exemplos para todo o país, mas a última barreira



ABRASIL

entre a sociedade e o crime organizado. São homens e mulheres valorosos que estão fazendo a diferença na vida da população de São Paulo e do Brasil", disse o secretário da Segurança Pública.

CONCURSOS

Atualmente, há três concursos em andamento para o preenchimento de 8,1 mil vagas para soldados PM de 2ª classe em São Paulo. Neste mês, a PM também abriu processo para selecionar 200 novos alunos-oficiais.

As escolas de formação da PM contam hoje com 2,9 mil futuros soldados e 649 alunos-oficiais. Em dezembro de 2023, o Governo do Estado autorizou a abertura de mais 2,7 mil vagas para soldados PM de 2ª classe, com lançamento do edital do concurso previsto para os próximos meses.

No final do ano passado, 909 novos policiais militares se formaram na turma "Soldado PM Patrick Bastos Reis". O efetivo foi distribuído em batalhões da capital, Grande São Paulo, Baixada Santista e Corpo de Bombeiros.

DOENÇA

SP prorroga vacinação contra a paralisia infantil até fim de junho

O Governo de São Paulo prorrogou, por meio Secretaria de Estado da Saúde (SES), a Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite até o final de junho para os 645 municípios. O público-alvo são as crianças de 1 a 4 anos. Já as menores de 1 ano, será avaliada a situação vacinal, iniciando ou completando a caderneta de acordo com a idade. As Unidades Básicas de Saúde (UBS) de todo o estado estão abertas desde 27 de maio para imunizar os pequenos contra a paralisia infantil.

A poliomielite, doença infectocontagiosa aguda, é caracterizada pela contaminação pelo poliovírus que pode causar paralisia muscular dos membros inferiores, de forma assimétrica e irreversível, em casos graves podendo evoluir a óbito, sendo a vacinação a principal forma de prevenção.

Foram aplicadas, no estado, 185.247 doses até o dia 12 de junho, de acordo com dados da SES. Com a prorrogação da campanha, o objetivo é que a cobertura vacinal seja ampliada. "A prorrogação é de extrema

importância para incentivar que mais pais e responsáveis levem as crianças para se vacinar. Reforçando a imunização e seguindo o calendário vacinal, evitamos a reintrodução de doenças erradicadas no país, como a poliomielite", afirma a Diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da SES, Tatiana Lang.

A campanha faz parte do processo de mudança do esquema vacinal das crianças, que se deve às conquistas obtidas no processo de interrupção do poliovírus no Brasil. A pólio selvagem

está eliminada no Brasil desde 1989 e em São Paulo desde 1988. O ato fez com que o país recebesse a certificação de área livre da doença em 1994.

"Desde a erradicação da doença, os órgãos de saúde vêm se empenhando para a manutenção dos indicadores, além da vigilância ativa para busca de casos de paralisia flácida aguda para que o Brasil se mantenha livre da doença. Para isso, é necessário também que os pais contribuam para manter esse quadro e elevar as coberturas vacinais", alerta a especialista.

Casos de coqueluche aumentam e chegam a 139

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Os casos de coqueluche no estado de São Paulo chegaram a 139 de janeiro ao início de junho, um aumento de 768,7% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando houve 16 registros, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde. Causada pela bactéria *Borderella*, a coqueluche, pertussis ou tosse comprida, como é popularmente conhecida, é uma infecção respiratória.

A bactéria se aloja na garganta e, em crianças, pode ser fatal ao causar insuficiência respiratória. Como prevenção, existe a vacina pentavalente, oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos 2, 4 e 6 meses de vida. Mais dois reforços com a vacina DTP (difteria, tétano e pertussis), conhecida também como tríplice bacteriana infantil, são indicados aos 15 meses e aos quatro anos.

A doença tende a se alastrar

mais em tempos de clima ameno ou frio, como na primavera e no inverno, quando as pessoas permanecem mais em ambientes fechados. Basta um contato com a tosse ou secreção da pessoa com a enfermidade para se infectar.

Altamente transmissível, a coqueluche pode gerar, a cada infecção, 17 casos secundários. O potencial de transmissão é semelhante ao do sarampo e da varicela e muito maior do que o da Covid-19, que gera em torno de três casos secundários a cada infecção.

VACINA

Segundo a Secretaria de Saúde, a vacinação é a melhor forma de prevenção e deve ser realizada nos primeiros meses de vida, aos 2, 4 e 6 meses de idade, com intervalo de 60 dias entre as doses. A imunização - conhecida como pentavalente - está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Assitências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/ UBSs In-

tegradas e é distribuída pelo Departamento do Programa Nacional de Imunizações (DPNI).

A recomendação da Secretaria Estadual de Saúde é que gestantes e profissionais de saúde também tomem a vacina. O DPNI ampliou de forma excepcional e temporária a vacinação dos profissionais de berçário e creches que atendem crianças de até quatro anos, com a vacina adsorvida difteria, tétano e coqueluche (dTpa).

A diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), da Secretaria de Saúde de São Paulo (SES-SP), Tatiana Lang, explicou que, apesar da eficácia em prevenir surtos da doença, a vacinação precisa de reforços periódicos.

"A imunidade não é duradoura, por isso, é importante reforçar a vacinação, que está disponível em todos os 645 municípios do estado de São Paulo", enfatiza. Neste ano, a cobertura vacinal para o imunizante atingiu 76,3% do estado.

FASES

A coqueluche começa com a fase catarral, que dura até duas semanas, marcada por febre pouco intensa, mal-estar geral, coriza e tosse seca, sendo a mais infectante quando a frequência e a intensidade dos acessos de tosse aumentam gradualmente. A segunda fase, que dura de duas a seis semanas, é a paroxística, com febre que se mantém baixa, seguida de crises de tosse súbitas, rápidas e curtas, que podem comprometer a respiração.

Na fase final, de convalescença, os sintomas anteriores diminuem em frequência e intensidade, embora a tosse possa persistir por vários meses.

Quem tiver dúvidas sobre a vacinação pode acessar o portal "Vacina 100 Dúvidas" com as 100 perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A ferramenta esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar.

RECURSOS

Liberação de crédito pela Desenvolve SP para região da capital cresce 35%

O total em crédito liberado pela Desenvolve SP para os setores público e privado da região metropolitana da capital chegou a quase R\$ 142,5 milhões nos cinco primeiros meses deste ano, alta de 35,2% em comparação ao mesmo período de 2023.

Já o crescimento somente do valor liberado às prefeituras pela agência vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico foi de 232,2% na comparação entre janeiro e maio deste ano e o acumulado dos cinco primeiros meses do ano passado.

O crédito da Desenvolve SP - para projetos de investimento, aquisição de máquinas ou capital de giro - atendeu 153 empresas de 17 cidades da região.

Quase 50% do valor teve como destino empreendedores que atuam no setor de Serviços.

Na sequência aparecem a Indústria, o Comércio e a Construção.

Informações sobre as linhas de crédito da Desenvolve SP, sobre o que as empresas precisam e como acessar as modalidades de financiamento podem ser conferidas no site.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente, em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 12:00 (doze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (viii) e 7.6.2 (xvii) do Termo de Securitização, em decorrência da ação de desapropriação direta por utilidade pública com pedido liminar de imissão na posse, aforada pelo município de Itajaí, que tramita na Vara da Fazenda Pública da comarca de Itajaí-SC sob autos eletrônicos nº 5004358-38.2024.8.24.0033 ("Desapropriação Parcial"), tendo por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizedora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "ad judicium", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securitizedora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas a Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular do CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação dos atos necessários para a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizedora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 13 de junho de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição.